

HISTÓRIA DA HUMANIDADE: LIVRE OU DETERMINADA? EIS A QUESTÃO!

History of Humanity: Free or determined? That is the question!

Moacir Ferreira Filho¹

¹ Professor dos cursos de Filosofia e Teologia e Membro do Grupo de Pesquisa: Arte, Educação e Sociedade da Unifaveni, Centro Universitário Faveni, Guarulhos, SP. E-mail: moacir.filho@unifaveni.con.br

RESUMO

O presente estudo pretende abordar o modo como interpretamos os eventos da história da humanidade. Há quem analise esses eventos com uma linearidade sendo conduzido por um espírito absoluto (o *geist* postulado por Hegel) e há ainda aqueles preferem considerar a não uniformidade da história e suas narrações, fazendo com que os paralelismos sejam considerados também parte integrante de uma narração da história que pretende ser 'oficial', absoluta e única possível. Utilizando-se de uma análise de discursos de uma revisão bibliográfica, propõe-se num primeiro momento expor um método hermenêutico a partir de Fernando Pessoa e uma análise fenomenológica dos discursos. Também pretende-se expor algumas considerações de Agostinho de Hipona acerca de uma tentativa de discurso teológico que objetiva ser verdadeiro, único e que gera um determinado comportamento social na sociedade. Por fim, far-se-á uma análise da ordem da história a partir do filósofo alemão Eric Voeglin que trata sobre os discursos singulares e paralelos e destaca a necessidade de um discurso que tenha a pretensão de ser universal quando se refere a imbricação entre religião e leis.

Palavras-chave: *Geist*. História da Humanidade. Narrativas.

ABSTRACT

The present study intends to approach the way we interpret the events of human history. There are those who analyze these events with a linearity being driven by an absolute spirit (the *geist* postulated by Hegel) and there are still those who prefer to consider the non-uniformity of history and its narrations, making parallelisms also considered an integral part of a narration of the story. history that intends to be 'official', absolute and the only possible one. Using a discourse analysis from a bibliographic review, it is proposed, at first, to expose a hermeneutic method based on Fernando Pessoa and a phenomenological analysis of the discourses. It is also intended to expose some considerations by Augustine of Hippo about an attempt at theological discourse that aims to be true, unique and that generates a certain social behavior in society. Finally, an analysis will be made of the order of history from the German philosopher Eric Voeglin, who deals with singular and parallel discourses and highlights the need for a discourse that claims to be universal when referring to the imbrication between religion. and laws.

Keywords: *Geist*. History of Humanity. Narratives. Order. Laws.

INTRODUÇÃO

O que se quer dizer quando se utiliza a expressão 'história da humanidade'? Trata-se de uma história linear de nossa espécie que já está programada por um ente superior de seu início ao fim ou trata-se de uma diversidade de eventos desconexos entre si e que são influenciados pela ação do ser humano no mundo?

São essas inquietações que norteiam a escrita deste artigo. Parte-se de um questionamento já no seu título que tem seu fundamento numa provocação hegeliana que tenta postular em sua filosofia que a história da humanidade é conduzida pelo *geist*, este espírito absoluto que faz com que os eventos históricos já estejam pré-determinados e mesmo que o ser humano, tome algumas decisões no decorrer desse fluxo de tempo, essas decisões são influenciadas pelo espírito absoluto.

Ademais, pode-se considerar também os eventos históricos como um mero fluxo de eventos que não pretendem ser determinados, mas que são ações ocasionais e que alguém irá narrar futuramente, isto é, *a posteriori*. Em síntese, volta-se a uma discussão antiga sobre o determinismo e o livre-arbítrio.

O que pretendem os discursos que se dizem universais, únicos e verdadeiros? Por acaso, de fato, há um povo escolhido do ponto de vista teológico donde se diz que somente suas experiências são verdadeiras, válidas e legítimas? Aliás, há uma necessidade de se ter um discurso unívoco por parte da sociedade?

São questões como essas que pretendem ser resolvidas ao longo deste artigo: primeiramente expõe-se algumas considerações literárias sobre a realidade a partir de Fernando Pessoa e uma análise fenomenológica das narrações e aquilo que é narrado. Adiante pretende-se demonstrar a tentativa de uma narração ou de um tipo de narração filosófico-teológica que pretende ser única, absoluta e universal a partir da obra *A Cidade de Deus* de Agostinho de Hipona. E por fim, uma análise da ordem da história e seus discursos a partir do filósofo alemão Eric Voeglin.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa conta com uma abordagem qualitativa de natureza aplicada com objetivos descritivos e exploratórios de procedimento bibliográfico e documental. Para tal, recorreu-se a documentos e obras que são referências nessa área de discussão para que, a partir do levantamento dos conceitos fundantes dessa discussão, fosse possível realizar o diálogo com a comunidade acadêmica tendo em vista as diferentes abordagens acerca da concepção histórica do termo *história da humanidade*.

Procedeu-se com a aplicação de anotações feitas durante as aulas de especialistas da área como é o caso de Alfred Higuét, posteriormente procedeu-se com a leitura e realização de fichamentos das obras de Agostinho de Hipona, Agemir Bavaresco Marcia Junges, Ricardo Machado, Hegel, Paulo Nogueira, Fernando Pessoa, Antônio Flávio Pierucci entre outros que contribuíram para análise dos termos de narrativa, história, livre arbítrio e determinismo.

A partir dos fichamentos, foi possível notar a base dos conceitos fundantes dos diferentes olhares do Ocidente ao referir-se à história da humanidade. Nessa perspectiva, foi possível realizar a exploração e descrição de suas convergências, divergências, bem como dialogar com a demanda contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. “NÃO TEMOS ACESSO AO MUNDO ENQUANTO TAL”¹

Este tópico expõe o método de leitura de história e da realidade que está em jogo. Do ponto de vista geral, o método consiste em considerar que tudo está sob o poder de transmissão da linguagem e das ideologias que se utilizam dela.

Obviamente, a frase supracitada que abre este tópico tem caráter fenomenológico e é de suma importância para fundamentarmos nossa relação com o que chamamos de mundo real ou realidade. Quando consideramos que não temos acesso ao mundo como tal, entramos numa dinâmica kantiana onde só temos acesso aos fenômenos das coisas e não às coisas em si, deste modo, também não temos acesso ao mundo em si, mas apenas ao seu fenômeno aparente, em outras palavras, acessamos apenas a manifestação das coisas de acordo com o que conseguimos captar. Disso decorre que o registro histórico de eventos, as narrações, as descrições do mundo ficam reféns de quem as percebe, do modo como são percebidas, do modo como são narradas, do tipo de linguagem que é utilizada e das intenções de seus interlocutores.

Como escreve Pessoa (2019, p. 34):

A literatura, que é a arte casada com o pensamento e a realização sem mácula de realidade, parece-me ser o fim para que deveria tender todo o esforço humano (...). Creio que dizer uma coisa é conservar-lhe a virtude e tirar-lhe o terror. Os campos são mais verdes no dizer-se do que no seu verdor. As flores, se forem descritas com frases que as definem no ar da imaginação, terão cores de uma permanência que a vida celular não permite.

Nesse sentido, podemos considerar então que há uma lacuna entre a coisa em si e o modo como ela é descrita. Há uma lacuna entre o mundo e o modo como ele é descrito. Há uma lacuna entre os eventos históricos e as histórias narradas a partir da percepção e da intenção de seu narrador. Utilizando o exemplo do trecho supracitado, as palavras conservam mais as coisas do que elas podem durar na realidade. As cores das flores que são transmitidas através das palavras duram mais do que as cores na própria realidade, pois a natureza da vida celular não permite que ela seja tão bela e duradoura quanto descrita poeticamente. Seguindo esse mesmo método de raciocínio, Pessoa (2019) faz um apontamento sobre os textos que se referem à história:

“Não creio que a história seja mais, no seu grande panorama desbotado, que um decurso de interpretações, um consenso confuso de testemunhos distraídos”. (PESSOA, 2019, p. 34).

É importante salientar que já na passagem do século XIX para o XX, Fernando Pessoa já demonstra uma preocupação com o método de transmissão da realidade histórica. Como demonstrado, a história e seus relatos estão à mercê do modo como são interpretadas e seus relatos acabam sendo testemunhos de pessoas distraídas que não teriam compromisso com a verdade (caso ela exista de fato).

Contribuindo ainda para o modo como serão analisados os eventos históricos neste artigo, recorre-se à uma afirmação de Nogueira (2012) que postula que ‘a realidade é basicamente um fluxo amorfo e caótico de eventos’, já contradizendo totalmente a tese hegeliana que por vezes chega a ser determinista no fato de aceitar que há um *geist* absoluto que conduz a história e ela não poderia ocorrer ou ter ocorrido de outro modo. Seguindo essa dinâmica hegeliana, bastaria afirmar que as coisas são como são. A história é o que é e não

¹ Essa afirmação é do Teólogo e Cientista da Religião Etienne Alfred Higuier durante uma aula em que ministrou como convidado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião no primeiro semestre de 2020 a convite do Prof. Dr. Vitor Chaves de Souza.

poderia ser de outro jeito. Tudo está sendo conduzido por um mesmo fio condutor. Ela aconteceu, acontece e acontecerá da melhor maneira possível.

Como afirma Bavaresco (2013):

Trata-se de uma concepção teleológica da história que encontramos também em Kant, isto é, há um fio condutor nas ações humanas que conduz a um progresso contínuo da humanidade a fim de realizar suas disposições naturais racionais, como se a espécie seguisse um propósito da natureza. Para Hegel, esse propósito da natureza implica a ideia da astúcia da razão, pois é a razão que governa a história. Os indivíduos realizam seus interesses movidos por paixões particulares, porém, eles são aliados do universal, pois o resultado da atividade particular efetiva o universal. Ou seja, na ação de um indivíduo, o interesse particular e universal é inseparável do histórico universal.

Ao considerar a citação de Nogueira (2012), observa-se, portanto, que a história é uma consequência de vários eventos que não necessariamente têm ligação entre eles. Ela simplesmente acontece sem que tenha algo determinado manipulando seu fluxo e seus acontecimentos. O ato de dar linearidade aos eventos históricos ou até mesmo dar sentido para tais é feito pela linguagem ou até mesmo por um sentimento existencial que busca as relações de causa e efeito para dar significado à existência e suportar os eventos que ocorrem na história da humanidade.

No próximo tópico deste artigo trataremos, portanto, de uma visão de mundo a partir de Agostinho de Hipona que pretende ser absoluta. Em suas concepções sobre a realidade, ele pretende interpretar o mundo a partir do viés filosófico e teológico tendendo a desconsiderar as outras possíveis visões de mundo

2. DAS VISÕES TEOLÓGICAS DIVERGENTES SOBRE A REALIDADE A PARTIR DE AGOSTINHO DE HIPONA

Este tópico tem como referência os livros VI, VII e VIII da obra *Cidade de Deus* de Agostinho de Hipona. No sexto livro de sua obra, Agostinho trata de algumas teses de Marco Varrão cuja vida e obra são escassas e só é possível saber de algumas ideias dele a partir dos comentários de Agostinho. Neste trecho de sua obra, o bispo de Hipona destaca as distinções que podem haver dentro da ciência da teologia que ele define como ‘a ciência dos deuses’. O hiponense escreve, a partir do pensamento de Varrão, que a teologia pode ser classificada em três tipos: a fabulosa (mítica), a natural (física) e a civil.

O primeiro tipo está ligado às fábulas e mitos narrados. É usado pelos poetas e algumas vezes até faz injúria aos deuses. Neste tipo de teologia ‘se atribuem aos deuses todas as desordens em que pode cair não somente o homem, mas o mais desprezível dos homens’ (p. 312).

A teologia natural, por sua vez, está mais ligada à religião costumeira, a que se torna um hábito. É manuseada pelos filósofos que falam sobre a essência, lugar, espécies e qualidades dos deuses. Agostinho (2014) escreve que os filósofos tiraram as discussões acerca dos deuses das ágoras e colocaram-nas entre paredes. Esta teologia é aquela que enxerga as ações divinas a partir da natureza em si.

Já a teologia chamada de civil, segundo o patrístico, é aquela que a partir dos mitos se torna a religião da cidade. Este gênero de teologia é aquele em que os cidadãos e de modo especial os sacerdotes devem conhecer e pôr em prática nas *urbes*. Nele se acha a que deuses se há de render culto público e a que ritos e sacrifícios está em cada qual obrigado’ (p. 313).

Em suma, a teologia fabulosa é própria do teatro, a natural do mundo, e a civil das cidades.

Agostinho (2014) destaca, a partir de Varrão, que os filósofos escrevem com a intenção de ser úteis e os poetas escrevem para agradar. É por este motivo que as obras dos poetas não devem ser seguidas enquanto uma teologia dogmática preocupada com a instituição religiosa, pois tratam de crimes de deuses que deleitam o povo, pois os poetas escrevem para deleitar e não para ser úteis. Tal escrito de Agostinho assemelha-se muito à fala da poeta mineira Adélia Prado (2012) em uma entrevista concedida a Afonso Borges quando destaca que entre tantas outras coisas, a poesia, bem como tantas outras obras de arte, não precisa ser útil ou ter uma finalidade, ela serve justamente para o deleite.

Há ainda, a partir destas perspectivas teológicas apresentadas por Agostinho, uma preocupação do autor com o comportamento das pessoas na cidade. O bispo de Hipona observa que há momentos em que a teologia fabulosa - a dos poetas - gera um comportamento civil o que pra ele é preocupante, pois considera que este tipo de teologia só deve ser utilizado para o deleite, teatro e afins, e não para gerar uma doutrina ou um comportamento ético e moral.

Conclui Agostinho (2014, p. 329):

Nem as leis, nem o costume instituíram na teologia civil coisa grata aos deuses ou conforme com a realidade. Mas Sêneca, tornado quase livre pela filosofia, como era ilustre senador do povo romano, venerava o que repreendia, praticava o que impugnava e adorava o que inculpava. Na realidade, a filosofia ensinara-lhe algo importante, isto é, a não ser supersticioso no mundo; mas as leis dos cidadãos e os costumes humanos, sem arrastá-lo ao palco, transformam-no, dentro do templo, em imitador dos histriões, imitador mais criminoso ainda porque a personagem por ele representada, aos olhos da multidão podia passar por sincera.

É interessante notarmos a descrição dos gêneros das teologias e já uma certa disputa por um discurso unívoco que anule o outro. Observa-se que, além da busca por um discurso único que seja considerado verdadeiro e autêntico, há uma intenção por trás de um discurso adotado, no caso de Sêneca, a intenção de poder.

Ao tratar sobre os aspectos da teologia natural, Agostinho (2014) elenca que este gênero consiste em ver Deus como a alma do mundo e as divisões naturais como o lugar onde residem as almas. Em suma, tal abordagem acerca dos gêneros teológicos se encerra com a apologia da teologia natural por parte do próprio Agostinho, pois delas se apropriam os filósofos e, como para o bispo de Hipona o filósofo é amante da verdade, e, para ele, a Verdade é Deus, logo seriam os mais aptos a tratar de questões teológicas. Neste caso, ainda vemos o perdurar dos métodos medievais que consideravam a filosofia como serva da teologia. Neste caso, Agostinho (2014) defende que somente a teologia natural é capaz de levar à felicidade da vida futura. Nem a mítica e nem a civil dão conta deste papel.

3. ORDEM, HISTÓRIA E NARRAÇÃO

Nesta seção trataremos de algumas teses do filósofo e historiador Eric Voeglin que muito pensou sobre a questão da história sob o ponto de vista de um fio condutor único. Desde já, faz-se necessário salientar que ao chegar no volume IV de sua coleção *Ordem e História*, o autor declara que se vê obrigado a mudar seu método utilizado até então. Ao reconhecer que há necessidade de mudar seu método de pesquisa e escrita, Voeglin (2014) postula que a ordem da história, na verdade, surge da história da ordem onde o ser humano participa, ou seja, há uma organização da história a partir dos relatos dos seres humanos que participam de povos, religiões e ideologias diferentes que tendem a contar sobre a realidade a partir de determinados pontos de vista.

Tal método de leitura contribui muito para os discursos fenomenológicos de nossa atualidade e coaduna com as visões literárias de Pessoa e Nogueira citadas na primeira seção deste artigo.

Diferentemente de Hegel, Voeglin (2014) escreve que há várias fontes da história e não apenas uma.

O resultado é que, se você não está satisfeito com o progresso da história dos sacerdotes iluminados do Egito aos intelectuais iluminados do século XVIII, ou com seu progresso de comunismo primitivo ao final, faça sua escolha e tenha uma história avançando de astronautas estelares a astronautas terrestres. (VOEGLIN, 2014. p. 56)

Fica clara, portanto, a inquietação e a mudança de método do filósofo alemão que destaca a importância das narrações e de seus narradores. O mesmo escreve que ‘parece não haver limite para o jogo’ (p. 56). De fato, se analisarmos o estudo das ciências da história apresentada na idade escolar, por exemplo, percebemos que se, no evento do descobrimento do Brasil, a história tivesse sido narrada pelos colonizados, a história seria completamente outra. Como exemplo, também podemos citar o atual momento do Brasil onde há uma guerra ideológica acerca da ditadura: em algumas narrações, alguns acreditam ter sido um benefício e por isso deveria voltar e por outro lado, há aqueles que a veem com pavor e suplicam que este episódio jamais se repita na história do país.

O caso das narrações e seus jogos podem influenciar, por exemplo, nos processos jurídicos, pois se o narrador é réu ou autor do processo, as narrações tomam uma necessidade e um objetivo diferente. A verdade é que o fato em si ocorrido nunca será abarcado totalmente pelo discurso, pois cada narração terá seu objetivo diante do mesmo fato: uma busca culpar alguém e outro pretende inocentar. São versões do mesmo evento.

Entretanto, os fatos têm um modo de afirmar a si mesmos. É difícil ignorar o paralelismo de irrupções espirituais (...). Os eventos cronologicamente paralelos simplesmente não podem ser conduzidos numa linha de tempo. (...) Se irrupções espirituais fossem para ser reconhecidas como os constituintes de significado da história, as epifanias de Moisés e Cristo, ou de Mani e Maomé, dificilmente poderiam ser excluídas da lista; e se foram incluídas o tempo axial expandiu num campo aberto de irrupções espirituais se estendendo por milênios. (VOEGLIN, 2014. p. 56/57).

Nesta linha de raciocínio, Voeglin (2014) conclui, que o ‘tempo axial’ era o simbolismo pelo qual um pensador moderno tentava enfrentar o perturbador problema de estruturas significativas na história, tais como o campo de movimentos espirituais paralelos do qual os agentes ou os narradores de histórias estavam totalmente inscientes, ou seja, uma disputa narrativa entre considerar um fio condutor da história como unívoco, verídico e absoluto, ou considerar a história abarcando os eventos paralelos que ocorriam ao mesmo tempo. São tentativas de contar e descrever a história da humanidade desde o passado para compreender o presente e traçar um futuro (ou aguardá-lo).

Mas ao tratarmos sobre história da humanidade, então, quem é a *humanidade*?

Voeglin (2014) postula a tese do *humanitas abscôndita* onde se defende que a humanidade não é uma sociedade concreta. Na busca dessa questão a análise tinha que reconhecer irrupções espirituais não como fenômenos numa história da humanidade, mas como fontes do significado na história e do conhecimento que o ser humano tem dele, isto é, reconhecer os variados testemunhos diante de um mesmo fenômeno ou evento histórico, ou até mesmo reconhecer como sendo parte integrante da história contada fatos paralelos que ocorreram além dos já considerados ortodoxos.

Neste sentido, vale aplicar o conceito metafísico de Aquino (2014) onde o escolástico destaca realmente essa não exatidão do discurso ao tratar dos genéricos, por exemplo, quando se diz ‘humanidade’, trata-se de um sujeito genérico que, segundo o medieval, não realiza nenhuma ação, pois as ações são realizadas nos individuais que possuem a essência genérica, no caso ‘humanidade’. Conceitos como humanidade e animal racional, para Aquino são apenas intenções lógicas, pois quem age são os indivíduos que pertencem a tal gênero e a tal espécie. Portanto, ao tratar sobre a história da humanidade, tratamos, deste ponto de vista, de eventos de indivíduos que pertencem à humanidade e suas ações singulares que, segundo Voeglin (2014), embora surjam de eventos concretos na consciência de seres humanos concretos, são válidos para todos ou pretendem essa validade universal.

Tive que concluir que o processo da história, e o tipo de ordem que nele se pode discernir, não é uma narrativa a ser contada do princípio a seu final feliz ou infeliz; é um mistério em processo de revelação. (...) Quando concebi o programa ainda trabalhava na crença convencional de que a concepção de história como um curso significativo de eventos numa linha reta de tempo era a grande realização de israelitas e cristãos, que foram favorecidos em sua criação pelos eventos revelatórios; enquanto os pagãos, privados como foram da revelação, jamais poderiam elevar-se acima da concepção de um tempo cíclico. Essa crença concepcional teve que ser abandonada quando descobri que a construção unilinear da história, de uma origem divino-cósmica de ordem ao presente do autor, era uma forma simbólica desenvolvida por volta do fim do terceiro milênio a.C. no império do Antigo Oriente Próximo. Conferi o nome de *historiogênese* a essa forma. (VOEGLIN, 2014. p. 59)

Fica claro, portanto, o motivo da mudança de método do autor alemão diante da consideração unilinear da história. Ao notar que este modo é apenas uma das possibilidades de consideração de história e, ao se apegar a este método perde-se muito dos paralelismos e das outras experiências de outros indivíduos em relação ao sagrado. Tais observações levam Voeglin (2014) a postular que a história não é um jorro de seres humanos e suas ações no tempo, mas o processo de participação humana num fluxo de presença divina que possui direção escatológica. O simbolismo enigmático de uma ‘história da humanidade’.

No que se refere, portanto, a uma pluralidade de diferenças de experiências singulares e individuais, Voeglin (2014) constata que há uma disputa por um discurso de um simbolismo cosmológico, isto é, experiências singulares sofrem a tentativa de se tornar experiências universais e lineares. Por outro lado, há um discurso que também lida com os problemas cosmológicos, mas do ponto de vista empírico sem levar em consideração as irrupções espirituais. Deste modo, há uma remoção dos discursos que pertencem ao gênero da teologia natural como enfatiza Agostinho, mas também há um desencantamento do mundo oriundo do processo de racionalização como defendia Weber.

Historicamente este impacto secundário dos eventos foi realmente impressionante: a verdade da revelação e da filosofia tornou-se fatal para os deuses intracósmicos; e a remoção dos deuses do cosmos deixou livre uma natureza desdivinizada para ser explorada pela ciência. (...). A nova verdade pode afetar a crença em divindades intracósmicas como a mais adequada simbolização da realidade cósmico-divina (...). (VOEGLIN, 2014. p. 61).

Indo de encontro ao que Voeglin (2014) acrescenta à essas citações, o autor destaca que quando há uma experiência singular onde se descobre um deus verdadeiro, todos os outros deuses passam a ser falsos ou inválidos, neste caso, está o problema da universalização das experiências individuais e a tentativa de um discurso homogêneo da ordem da história. Ou eles convivem ou em um determinado momento um anula o outro. Nas palavras do autor, apesar de

tantos discursos, há uma necessidade humana pelos discursos cosmológicos. Como por exemplo, pode-se citar a explicação do princípio de tudo a partir do diálogo platônico do Timeu, dos relatos bíblicos do livro do Gênesis ou até mesmo dos relatos gnósticos, maniqueus, os relatos do texto do Popol Vuh e assim por diante.²

Diante de tantos discursos possíveis, o autor alemão destaca que há um cosmos no qual o ser humano tem participação mediante sua existência. O ser humano é dotado de consciência cognitiva da realidade na qual é um parceiro e no processo da história ele descobre que a realidade está envolvida num movimento rumo ao além de sua presente estrutura.

A partir de tudo que fora exposto até então, surge o que Voeglin (2014) chama de *conquistas ecumênicas*, isto é, apesar de algumas dominações culturais, alguns discursos sobrevivem a elas e convivem paralelamente com um tipo de discurso considerado verdadeiro e único possível. A multicivilização por trás do sincretismo forma um outro entendimento acerca da própria humanidade: a sociedade se descobre ecumênica. Aqui não se trata de um ecumenismo nos moldes como o compreendemos hoje em pleno século XXI, mas no que se refere a existência desses diversos discurso de experiências diferentes que convivem e sobrevivem no mesmo espaço e tempo mesmo que tenham até contradições de umas para com as outras.

4. DA VIDA EM SOCIEDADE

Como já fora exposto na seção 2 deste artigo, as considerações filosófico-teológicas da realidade geram um comportamento civil, ético e moral. Ademais, foi exposto no tópico 3 que há uma pluralidade de discursos e deste modo, eles podem gerar os mais variados tipos de conduta dos cidadãos dentro de uma sociedade. Entretanto, para que uma sociedade viva em harmonia são necessárias leis que ordenam e organizam as relações entre as pessoas, e aqui voltamos a um problema inicial: haverá de se adotar um discurso que tenha a pretensão de se tornar universal, pois uma relativização das leis pode gerar diversos conflitos na vida social.

Contudo, também é sabido que há uma forte influência da religião e dos textos religiosos na criação e aplicação de leis, estatutos, regras e normas para regular a vida social e punir aqueles que as violam.

Se não há sentido na devoção aos deuses, então reverência e religião (...) desaparecerão; e uma vez desaparecidas com toda a probabilidade desaparecerão também a lealdade e o vínculo social entre os seres humanos, e com eles a justiça, a vida se tornando desordem e confusão. (VOEGLIN, 2014. p. 99)

Na consolidação das sociedades gregas e romanas antigas, é possível observar uma certa imbricação entre religião, lei e cosmos. Voeglin (2014) escreve que Fílon³ defende que a Torá é um corpo de leis dadas por Deus a Moisés. Neste sentido, o filósofo alemão define que as ‘Escrituras são uma camada de significado, sobreposta num corpo de tradições orais e documentos literários com o objetivo de preservá-lo sob as condições adversas da sociedade

² A realidade do cosmos, assim, converte-se numa história a ser narrada pelo ser humano que participa responsivamente da história narrada pelo deus. No contexto helênico, o sentido de uma revelação estreita entre realidade e a palavra que a traduz verdadeiramente engendra o significado da *aletheia* como realidade e verdade; no contexto israelita, faz-se a relação remontar à sua fonte na palavra-realidade divinamente criativa. (VOEGLIN, 2014. p. 66 – grifo do autor)

³ O que deu início ao método alegórico de leitura das Sagradas Escrituras. Para Voeglin (2014) a *allegoresis* de Fílon não é uma interpretação fortuita de um texto fortuito, mas o grande encontro da filosofia helênica com a Torá israelo-judaica em Alexandria. Trata-se de uma tentativa de integração cultural numa sociedade ecumênico-imperial.

ecumênico-imperial'. (p. 110). Diante disto, Moisés quer que aqueles que recebem o código compreendam que a lei está sintonizada com o cosmos e o cosmos com a lei. Deste modo, a pessoa que obedece a essa lei, é um cidadão do cosmos porque regula sua conduta pela vontade da natureza que penetra o cosmos inteiro.

O autor observa a partir da obra *Sobre a criação do mundo segundo Moisés* de Fílon que o ser humano é estabelecido como *cosmopolites* sob a lei da natureza e do deus da natureza.⁴

Sobre a adoção de um discurso que tem a pretensão de ser universal, Voeglin (2014) descreve que a cosmogonia do Gênesis rompe com o simbolismo compacto dos deuses intracósmicos característicos de seus predecessores egípcios, e identifica o deus-criador do princípio como Deus Desconhecido do além, cuja presença é experimentada nas teofanias de Moisés e nos profetas.⁵ Pode-se observar, deste modo, que há uma desmistificação daquilo que era considerado desconhecido pela cultura grega e passa a ser dito como conhecido e revelado agora pelas teofanias cristãs. Para o autor, mesmo posteriormente, a teologia cristã tem o propósito e o efeito civilizacional de proteger um estado de discernimento historicamente alcançado contra as pressões desintegradoras às quais a verdade diferenciada da existência está exposta no tumulto espiritual e intelectual da situação ecumênica. Voeglin (2014) destaca os méritos de Cícero nessa tarefa, pois ele vê a necessidade de proteger o que ele considera como verdade a partir da teologia cristã vigente através de símbolos linguísticos e de uma 'palavra' que encarna a verdade pretendida da presença divina na realidade.

Voeglin (2014) considera que, como o símbolo Religião tem que funcionar no nível de doutrina, ele não pode mais ser considerado apenas uma alegoria, porém como é concebido para proteger um *statu quo* de discernimento alcançado pela filosofia., torna a doutrina transparente para a verdade que ela pretende estabilizar. É válido ressaltar que na linguagem de Cícero, o entendimento de alguém acerca da realidade divina dentro do cristianismo é chamada de *religião*, enquanto o mito mais antigo é depreciado como *superstição*.⁶

A partir destes elementos crescentes da filosofia ciceroniana, passa a existir um discurso único que começa a reger a vida dos cidadãos. Todos que quisessem aderir à verdade deveriam seguir tal discurso ortodoxo, pois todos os outros passaram a ser considerados como superstição. Voeglin (2014) destaca que em sua obra *De legibus*, Cícero coloca como símbolo supremo a justiça. Essa justiça é baseada na lei, uma que é razão reta, e a razão reta é a natureza. Se essa hierarquia de símbolos não fosse a verdade da doutrina, não haveria espaço para a propensão natural do ser humano para amar seus semelhantes, nem para a observância religiosa em honra a deus.

A lei verdadeira é razão reta em acordo com a natureza. (...) É um pecado alterar essa lei (...). Não podemos ser desobrigados da lei pelo senado ou pelo povo, e não precisamos procurar um intérprete dela fora de nós mesmos. Não haverá lei diferente em Roma e Atenas, nenhuma lei diferente agora ou no futuro; haverá a única lei perpétua e imutável que se aplica a todas as nações em todos os tempos; e o mestre e governante comum será o deus único de todos os seres humanos, o autor, juiz e legislador dessa lei. Quem quer que não obedeça a essa lei está fugindo do seu próprio eu e rejeitando sua natureza humana e, conseqüentemente incorrerá nas penalidades mais severas, mesmo quando escapa do que convencionalmente é considerado punição (*De Republica* 3.33, CÍCERO In: VOEGLIN, 2014. p. 101)

⁴ Ademais, cabe notar que a palavra *cosmopolites* é possivelmente um neologismo de Fílon. Não aparece nos estoicos, aos quais ainda é com frequência atribuída; e a atribuição a uma sentença de Diógenes, o Cínico original de Diógenes Laércio no século III d. C. Na literatura existente esse termo aparece pela primeira vez nessa passagem de *De officio* 3 de Fílon. (VOEGLIN, 2014. p. 84)

⁵ (...) os estatutos e ordenações da Torá são recomendados a Israel para que os observe, porque eles são 'tua sabedoria (hokhma) e teu discernimento (binah)' perante os olhos das outras nações. (VOEGLIN, 2014. p. 109)

⁶ *De natura deorum* (2.70 -72).

Nesse sentido, o escritor alemão destaca que a deformação estoica da filosofia, especialmente sua forma ciceroniana, permaneceu uma constante na história porque é a única doutrina de direito elaborada produzida pela sociedade ecumênico-imperial. Tornou-se a força formativa do direito romano, e os Patres latinos tiveram que adotá-la porque a concentração cristã no espiritualismo da salvação não favorecia uma filosofia do direito independente. O fundo do direito romano na formação das corporações europeias de advogados e os movimentos neoestoicos desde a Renascença legaram-nos a herança de um direito superior e do direito natural. As Leis da natureza e do Deus da natureza foram até incorporadas da Declaração de Independência como o fundamento da república norte-americana.

CONCLUSÃO

A partir do tema abordado, foi possível notar que de fato, a chamada história da humanidade não segue um fluxo linear e ordenado, mas há quem defenda isso do ponto das crenças. As duas posturas são legítimas desde que não gerem efeitos morais que tendem a eliminar aqueles que, porventura, creem de uma maneira diferente. Uma série de histórias ocorrem paralelamente e que, dependendo do narrador, suas intenções e suas percepções, podem ser descartadas.

Ademais, encontra-se um paradoxo na temática, pois ao mesmo tempo que há diversos paralelismos, há uma tentativa de cada narrador de cada história transformar as experiências singulares em universal, única e verdadeira, como se tal experiência servisse para a totalidade da humanidade. Por outro lado, há também uma necessidade geral sobre um discurso que pretende ser universal para que seja harmonizada a vivência da sociedade. Por exemplo, as leis não podem ser relativizadas, elas devem servir para todos os cidadãos dentro de uma mesma cidade, pois se assim não fosse, a sociedade seria mais caótica ainda.

Este breve estudo pretendeu contribuir para uma mudança de visão de uma consideração de métodos hermenêuticos no tratamento de discursos e narrações. Reconsiderar outras narrativas, histórias e experiências faz-se necessário para a saída de uma bolha existencial de um mundo fechado onde o outro é sempre errado, herege e suas experiências são consideradas falácias, principalmente as que se referem ao sagrado.

O presente estudo é limitado no que se refere a grande gama de discursos que poderiam ser ainda abordados, mas que por enquanto não foram contemplados. Ademais, abre-se a possibilidade de estudo de outros discursos da história da humanidade que pretendem ser universais e contá-la como se fosse uma história já programada de seu início ao fim onde o ser humano é apenas uma peça do jogo.

Em suma, o artigo visa alargar o horizonte dos hermenutas diante de tantas possibilidades paralelas que podem ser abordadas em consonância com alguns discursos fechados que adotamos para nós mesmos e enfatizar a importância destes discursos tanto na vida religiosa quanto na vida civil.

O próprio conceito histórico de *história da humanidade*, diante de tudo que foi abordado, encontra-se em jogo diante de tantas possibilidades de definições e crenças a que ele possa ser submetido. Seria nossa história já determinada previamente como uma novela onde somos apenas atores seguindo um *script* ou estamos fadados a determinar os rumos de nossa história através do uso de liberdade de escolhas que representa, ao mesmo tempo, uma benção ou uma maldição?

Entender a narrativa do passado é fundamental para compreender o presente e projetar o futuro. Não importa a qual tipo de visão histórica sou adepto. Desde que ela doe algum tipo

de sentido à minha existência e não coloque em risco a existência do outro, ela se torna totalmente legítima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES e ao Centro Universitário FAVENI.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus: parte I.** São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira; Bragança Paulista, SP. Editora Universidade São Francisco (Vozes de bolso), 2014.

BAVARESCO, Agemir. *In*: JUNGES, Marcia; MACHADO, Ricardo. O olhar de Hegel sobre a história e seus heróis. **Revista IHU online**. Edição 430. 21 de outubro de 2013. Acesso em: 15 jun. 2020. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5234-agemir-bavaresco>.

HEGEL, George W. Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (org.) **Linguagens da religião: desafio, métodos e conceitos centrais**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. Jandira, SP: Ciranda Cultural, 2019.

PESSOA, Fernando. **Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação**. (Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1966. Trad: Jorge Rosa.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito**. São Paulo: Editora 34, 2003

PRADO, Adélia. **Aula Magna: o poder humanizador da poesia**. Postado por Marcos Almeida em 19 abr. 2012. Acesso em 20 jun. 2020. Disponível em: <https://nossabrazilidade.com.br/adelia-prado-aula-magna-o-poder-humanizador-da-poesia/>.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **O ente e a essência**. Tradução de Carlos Arthur do Nascimento. 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VOEGLIN, Eric. **A era ecumênica**. Volume IV Ordem e História. São Paulo: Loyola, 2014.